

**FACULDADES ESTÁCIO DE FLORIANÓPOLIS
CURSO DE TURISMO**

IMPACTO SOCIAL DO TURISMO NAS COMUNIDADES LOCAIS

**A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO
TURÍSTICO NO DISTRITO DA LAGOA DA CONCEIÇÃO – FLORIANÓPOLIS, SC**

Victoria Rosati Orsini (autora)

Prof. Me Rafael Freitag (orientador)

FLORIANÓPOLIS, 2016

SUMÁRIO

1.	OBJETIVO GERAL.....	3
	1.1 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	3
2.	RESUMO.....	3
3.	INTRODUÇÃO	4
4.	METODOLOGIA	5
5.	DESENVOLVIMENTO	6
	5.1 ANÁLISE DE DADOS.....	13
6.	CONCLUSÃO	17
7.	IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E POTENCIAIS CONTRIBUIÇÕES.....	17
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18

1 OBJETIVO GERAL

Analisar o estímulo e o envolvimento da população local no desenvolvimento da atividade turística.

1.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

Colaborar com a criação de um mecanismo de planejamento integrado, entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local, no formato de um fórum permanente.

2 RESUMO

A atividade turística ocasiona diversos impactos às suas comunidades receptoras, o contato entre turistas e residentes, detentores de culturas distintas, provoca um processo de contradições e tensões. Foi possível perceber que os impactos positivos estão ligados à geração de emprego e renda e o engrandecimento da cultura local, já os negativos estão vinculados à falta de planejamento na localidade para receber a demanda turística. Os espaços hoje existentes para o acompanhamento da atividade junto aos órgãos que gerenciam os projetos e recursos a serem aplicados no turismo na região, não são suficientes para possibilitar à intervenção e a participação comunitária no planejamento e acompanhamento da aplicabilidade destes. Tendo em vista que os moradores do destino raramente são consultados, este artigo tem como objetivo apresentar a importância de entender a percepção da comunidade local acerca da atividade turística para fortalecimento do desenvolvimento do turismo local, na perspectiva de concepção de um mecanismo de planejamento integrado aqui considerado no formato de um fórum participativo.

Palavras-chave: Turismo. Participação. Planejamento. Comunidade.

3 INTRODUÇÃO

Estudos relacionados ao turismo e o impacto da atividade turística nas suas comunidades receptoras vem sendo, cada vez mais, ‘populares’ em diferentes módulos disciplinares de diversas áreas do conhecimento. A expansão destes estudos explicita a necessidade de abertura aos campos de pesquisa para o aprofundamento da relação sócio-espacial proveniente da atividade.

Porém, as críticas dos estudos correlacionados ditam sobre a artificialidade das experiências propostas e a falta de interação com o núcleo receptor, formando cápsulas de subprodutos irrealis. “A experiência turística seria, portanto, a de viver uma fantasia, consciente ou inconscientemente [...]” (BANDUCCI JR., 2001, p.13).

De fato, parte da demanda turística pretende apreciar algo nunca visto, por um momento estar em um mundo imaginado, onde tais monumentos e paisagens são pensados apenas para este espaço de tempo. Com este olhar, é que grandes corporações e planejamentos falhos alteram o cenário. Basta entender se a comunidade estudada está de acordo com tais planejamentos e mutações.

Ainda de acordo com o pesquisador Banducci Jr. (2001), há uma característica que torna o turismo antipático à antropologia: sua definição, em alguns casos, como ‘indústria’. Esclarecer o termo indústria, geralmente utilizado como o sinônimo de fábrica, fará com que consigamos, ao menos, entender o porquê deste universo irreal a partir de algo real. Podemos traduzi-lo da seguinte forma: ofícios que produzem riquezas pela manipulação das matérias-primas. A conotação mostra-se demasiadamente contraditória a concepção do turismo e a identidade local. Forma-se então um olhar inescrupuloso ao planejamento e execução, massificando a oferta para prover o máximo de lucros e comercializando de forma indiscriminada a natureza e a cultura. É neste contexto que se define a relação social com a comunidade hospedeira.

Ao mesmo tempo em que não podemos julgar apenas a atividade pela perda da cultura ou a sua transformação, tendo em vista que parte de sua aculturação é proveniente da globalização do capitalismo, que impõem uma intensa especulação imobiliária e a idealização de padrões comuns, atribui-se também, parte desta transformação aos turistas permanentes, aqueles que de fato visitam o lugar, mas não o deixam. Tais turistas trazem consigo suas próprias características e modo de vida.

Portanto, neste trabalho pretende-se em um primeiro momento entender a atividade turística no âmbito da antropologia aplicada ao turismo, uma visão mais crítica e humana da sociedade e a sua forma de adaptação, transformação, estagnação e deterioração. Assim como, a relevância subjulgada nas relações entre visitantes e visitados.

Na continuidade será apresentada uma análise do desenvolvimento do planejamento turístico na comunidade da Lagoa da Conceição, situada na região leste da Ilha de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis.

No início dos anos 70 esta região se tornaria o grande destaque do turismo na cidade. A praia da Joaquina, principal polo da localidade na época, recepcionava diversos campeonatos de surfe, mas já preocupava pela falta de infraestrutura para estes visitantes, e claramente, também aos seus moradores. Como destaca Oliveira (2011, p.190) “A cada final de ano [...] os veranistas verificavam que pouco tinha sido feito desde o ano anterior para dotá-las de condição de uso, ao menos, razoáveis.”.

Neste contexto, de pouca infraestrutura, o movimento pela preservação ambiental cresceu e os jornais locais exaltavam a necessidade de proteger as atrações naturais, assim como contestavam as ações e a falta de organização do turismo por parte do governo municipal. Em 1977 foi constatado que a lagoa, cuja localidade leva o nome, estava poluída, a culpa foi atribuída apenas aos restaurantes locais que despejavam seus dejetos na água. Os motivos e consequências desta poluição persistem e agora afetam, também, os balneários, que além de se tornarem impróprios para banho, correm o risco de dizimar um ecossistema inteiro.

De acordo com o relatório de balneabilidade nº25 de 2014 da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, e os demais emitidos no decorrer do mesmo ano, vislumbra-se que o impacto persiste, onde se afirma que as águas da lagoa ainda estão contaminadas durante todo o ano na região onde está localizado o trapiche, local que os barcos utilizam como ponto partida e chegada dos passeios turísticos e transporte de moradores. Verifica-se ainda, de acordo com tais relatórios, que diversos pontos da lagoa tornam-se impróprios durante e após as temporadas de verão. Possivelmente, resultado da massificação turística imposta à região.

Diversos ensaios foram feitos a partir da problemática de empreendimentos turísticos dentro de comunidades litorâneas, evidenciando situações desastrosas para as comunidades receptoras que não conseguem se adaptar a um novo estilo de vida imposto. Como descreve Rodrigues (1997 apud BANDUCCI JR., 2001, p.31),

[...] em face do grande e avassalador processo de produção e consumo do espaço turístico do litoral brasileiro, está surgindo uma preocupação muito grande com o impacto ambiental do fenômeno, considerando-se o ambiente no sentido amplo, que inclui, no caso, também a avaliação do impacto social do turismo nas comunidades locais, em particular nas comunidades pesqueiras.

A utópica projeção de que se pode mudar está realidade do espaço natural turístico é o ponto principal da busca pelo empoderamento local, onde os moradores possam ter, de fato, voz e vez no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas que incluam os seus interesses.

De acordo com Molina (2001, p. 11),

O primeiro passo nessa árdua marcha seria aquele voltado para melhorar a condução do planejamento turístico, formando equipes realmente interdisciplinares, que caracterizem um planejamento integral, no qual a variável ambiental ocupe, sobretudo no turismo, uma elevada hierarquia.

Portanto, o objetivo será analisar os espaços de participação comunitária no desenvolvimento do turismo e a evolução da atividade na comunidade estudada. Para que o trabalho de fato esteja dentro destes padrões, o estudo será direcionado a entender o que a rede receptiva local vislumbra da atividade.

4 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste artigo procurou explorar e entender, através da metodologia científica e em experiências de campo, a necessidade de refletir sobre o turismo como fenômeno social, analisando as relações obtidas entre o turista e os residentes de uma localidade, assim como os espaços de participação comunitária na gestão e planejamento da atividade.

O trabalho, de início, foi realizado com base em pesquisas bibliográficas dentro do conhecimento teórico da antropologia, neste campo se constrói a necessidade de compreensão das relações e a reflexão a respeito do olhar antropológico sobre o turismo. Assim, procurou-se abordar, de que forma a antropologia se identifica com estes impactos socioculturais derivados das comunidades receptoras.

Considerou-se, também, a importância do contexto em que essa relação acontece, trabalhando questões como a modernização e a globalização.

Esta ciência pode ser conceituada como cita, Marconi e Presotto (1987, p.22),

A antropologia visa ao conhecimento completo do homem, o que torna suas perspectivas muito abrangentes. Dessa forma, uma conceituação mais ampla a define como a ciência que estuda o homem, suas produções e seu comportamento. O seu interesse está no homem como um todo – ser biológico e ser cultural -, preocupando-se em revelar os fatos da

natureza e da cultura. Tenta compreender a existência humana em todos os seus aspectos, no espaço e no tempo, partindo do princípio da estrutura biopsíquica. Busca também a compreensão das manifestações culturais, do comportamento e da vida social.

As pesquisas bibliográficas estendem-se ao campo do turismo e outras áreas do conhecimento, e, principalmente, ao histórico da atividade na comunidade estudada. Diversos órgãos e autores foram citados ao longo do desenvolvimento do estudo.

Marconi e Lakatos (2001) descrevem que, a maior parte dos conhecimentos é obtida através da leitura, sendo os textos, uma fonte inesgotável de ideias. Os mesmos dividem a prática em três espécies, o entretenimento, a aquisição de cultura e a erudição. Gagliano (1979, p73 apud MARCONI; LAKATOS, 2001, p.17) define o ato de ler da seguinte forma, “Quem estuda um texto tem por objetivo aprender algo, rever detalhes ou buscar respostas para certas indagações”.

Para tanto, o presente estudo, também foi executado com base em pesquisas empíricas, a partir de entrevistas realizadas com autoridades, empresários do setor e moradores da Lagoa da Conceição. Nestas, foi utilizado à abordagem qualitativa, através de depoimentos colhidos ao longo dos encontros com os mesmos, com perguntas fechadas e abertas relacionadas ao tema proposto.

Os questionamentos utilizados se diferem para cada entrevistado, relacionando a sua área de atuação com o objetivo proposto, tendo apenas dois questionamentos iguais a todos.

Oliveira (2004, p.117) define a abordagem da seguinte forma:

As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Entende-se, portanto, que as entrevistas conjuntas às pesquisas bibliográficas, são a melhor maneira de compreender a realidade buscada.

5 DESENVOLVIMENTO

Fenômenos que envolvam relações pessoais são sempre complexos de administrar e planejar, não há como prever o que acontecerá no encontro entre culturas e sociedades tão distintas, e diante desta complexidade estão às relações criadas no turismo, onde o anfitrião, de maneira geral, vê o turista como uma fonte de renda e o turista o vê como um prestador de serviços, portanto, as trocas de vivências acontecem sem que se perceba o sujeito social, não há a conexão pessoal entre as partes envolvidas.

A complexidade está na forma de entendimento destas relações no turismo, trabalhar com pessoas e para pessoas, entender que o planejamento da localidade tem, obrigatoriamente, que ser feito pelo local. Quando uma comunidade sente-se proprietária deste espaço, ela faz com que o respeitem, pois suas propostas estão incluídas nos projetos de desenvolvimento turístico.

Expor a importância destas relações é fundamental para pleno desenvolvimento, como cita Banducci Jr. (2001, p.19),

O contato entre turistas e residentes, entre a cultura do turista e a cultura do residente, desencadeia um processo pleno de contradições, tensões e questionamentos, mas que, sincrônica ou diacronicamente, provoca o fortalecimento da identidade e da cultura dos indivíduos e da sociedade receptora e, muitas vezes, o fortalecimento do próprio turista que, na alteridade, se redescobre.

As relações que a atividade proporciona podem ser interpretadas como uma construção de tradições inventadas ou preservacionistas, mas a identidade é algo móvel, em constantes transformações, assim sendo, se houver reciprocidade nos anseios, o “ir” pode resultar em uma nova construção social do viajante e do visitado, através da socialização. A cultura se modificará a cada período de tempo, e esta condensação temporal provisória os permitirá conhecer a vivência e expectativas do outro.

De acordo com Mendonça (1995), para ter uma relação intensa com o lugar é preciso vivenciá-lo, somente a vivência pode levar ao afeto. Através do turismo poderemos possibilitar uma relação mais direta, onde este aprendizado vivenciado represente um vínculo de troca e respeito, melhorando a qualidade da percepção das características ambientais e sociais das localidades.

Transita-se, há algum tempo, por um período em que a procura pelo lazer está em ascendência, os turistas buscam a qualquer custo sair do convencional. Segundo Midaglia (1995), este contexto resulta na valorização ou degradação excessiva da paisagem. Verifica-se primeiro uma supervalorização imobiliária, em seguida a expansão dos imóveis em áreas destinadas a preservação. Para Banducci Jr. (2001), esse padrão de mudanças imposto pelo setor imobiliário implica em uma forma de deslocamento, seja físico, ou com a perda dos antigos locais de moradia, ou social, causado pelo empobrecimento e descenso populacional, resultante da redução dos recursos naturais disponíveis, como as áreas de pesca.

Conforme explica Boullón (2002), o planejamento físico é uma técnica que tem como finalidade o ordenamento dessas ações humanas sobre o território, ocupa-se em resolver harmonicamente a construção de qualquer coisa a fim de antecipar o efeito da exploração dos recursos naturais. Seu objetivo é o aperfeiçoamento do uso atual, procurando fazer com que não haja crises pelo esgotamento prematuro dos recursos não renováveis e a exploração irracional destes. Esta área de atuação faz parte do planejamento integral de um destino turístico.

O desenvolvimento integral da atividade turística está a cargo dos órgãos públicos de turismo, onde o Ministério do Turismo adotou um modelo de gestão descentralizado e participativo, através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em 2004, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003-2007. O intuito é o fortalecimento do desenvolvimento regional, onde o setor público e privado trabalham em conjunto com a sociedade para a implementação de políticas públicas que desenvolvam o turismo sustentável em base local.

Para cada nível de abrangência, o Programa é coordenado da seguinte forma:

Figura 1 – Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: Brasil (2003, p. 26).

Na época de seu lançamento, diversas avaliações sobre os obstáculos a serem enfrentados foram feitas, para Beni (2004), a proposta de um sistema integrador, ágil e instrumentalizado deve ser capaz de conciliar as diversidades territoriais e ainda, as rivalidades intermunicipais, numa mesma região, para assim, obter um maior equilíbrio e competitividade.

O Governo Federal elaborou uma avaliação do Programa, seis anos após a implantação, onde ressalta os pontos fortes e as limitações ainda existentes, como consta na citação, de parte, da conclusão do material elaborado pelo Ministério do Turismo (2009, p. 58 - 59),

A avaliação sinaliza a urgência de uma maior sinergia entre as áreas do MTur, e deste com os Estados, municípios, instâncias de governança e atores locais, além da necessidade de maior descentralização de recursos. [...] Vale ressaltar que a gestão compartilhada e descentralizada está em construção no País. [...] Seis anos de implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil são pouco tempo para promover uma mudança de cultura política e administrativa que influencie todo o território nacional e que seja capaz de transformar paradigmas que alicerçaram o desenvolvimento do turismo durante muito tempo. Entre eles, o de que o desenvolvimento da atividade turística é uma responsabilidade única do setor público. Ainda há muito para avançar na consolidação da cooperação entre instituições públicas e privadas, como aponta a avaliação. Também é importante destacar que num País de dimensões continentais, como o Brasil, será sempre um desafio buscar o desenvolvimento equitativo de todas as regiões turísticas. É importante trazer a esta conclusão que foi constatado o reconhecimento, por parte da maioria dos respondentes e entrevistados que participaram desta avaliação, de que o Programa de Regionalização do Turismo contribuiu e contribui para o desenvolvimento do turismo no âmbito das regiões e gerou impactos na economia local.

Dentro deste programa, foram eleitos 65 destinos indutores, a região da Grande Florianópolis faz parte, junto com outras duas regiões do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú e São Joaquim. O município capital está inserido na Instância de Governança da Grande Florianópolis, onde um dos objetivos propostos é voltado para a disponibilização de espaços para

discussão e participação da comunidade na interlocução com o Conselho Estadual de Turismo, a Santur, a Secretária Estadual de Turismo, Cultura e Esporte e o Ministério do Turismo.

Além da criação do programa, o Ministério do Turismo em parceria com o SEBRAE Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, elaboram a cada dois anos, um estudo direcionado a competitividade dos destinos escolhidos como indutores, o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2013, p.19),

Por meio deste Índice, há o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos - entre eles, os econômicos, os sociais e os ambientais - que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos, mediante uma metodologia com base na avaliação de capacidades em uma perspectiva dinâmica e sustentável. Dessa forma, a realização desta pesquisa possibilita a identificação e o acompanhamento de indicadores objetivos, e a geração de um diagnóstico da realidade local, viabilizando a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

Em sua quinta edição, publicada no ano de 2013, o relatório apresenta a média dos resultados obtidos pelos 65 destinos, sendo estes analisados como capitais e não capitais, em 13 dimensões abordadas, além de, congregam os indicadores de competitividade das últimas edições do estudo. Segundo o Ministério do Turismo (2013), o principal objetivo deste relatório é, portanto, proporcionar ao público o acompanhamento da evolução dos indicadores nacionais de competitividade e o desempenho de cada dimensão avaliada. Os resultados individuais são entregues a administração pública, para que os mesmos utilizem destas informações para planejar e desenvolver vantagens competitivas, guiando-os à elaboração de políticas públicas que eliminem os obstáculos ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Na comunidade da Lagoa da Conceição, poucos mecanismos atingem, de fato, a participação comunitária, tendo como apoio à comunidade a Associação de Moradores da Lagoa da Conceição (AMOLA), que desempenha um papel efetivo na luta pelas reivindicações populares, assim com a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) Regional Lagoa da Conceição e o Conselho de Segurança da Lagoa da Conceição (CONSEG).

A ACIF possui um Núcleo Setorial de Gastronomia da bacia da Lagoa da Conceição, onde desenvolve a capacitação de empresários com o objetivo de fortalecer o seguimento para aumentar seus faturamentos, qualificação e representatividade perante o poder público.

Em entrevista realizada com o Vereador da Câmara Municipal de Florianópolis, também, morador da comunidade, Renato Geske, ao ser questionado sobre a existência destes espaços de participação, em sua resposta, o mesmo cita que os únicos espaços, disponíveis, que poderiam desenvolver a atividade turística em conjunto com os moradores, seriam a ACIF e o Terminal Turístico da Joaquina, porém, não os vê com esta finalidade. Na Câmara, segundo o Vereador, não há projetos, no momento, que visem este fim.

Para tanto, entender como a região da Lagoa da Conceição formou-se será primordial para a percepção das relações provenientes da localidade, sua conexão com a atividade turística e os impactos ocasionados ao ambiente e a cultura local.

De acordo com Centro de Estudos Cultura e Cidadania - CECCA (1997), o processo de colonização e desenvolvimento da Ilha começou no início do século XVII, quando deixou de ser uma aldeia de pescadores e foi elevada à categoria de Vila, posteriormente em 1823 torna-se uma cidade. Sua atual denominação é dada em 1894, Florianópolis, como uma homenagem ao Marechal Floriano Peixoto. A polêmica homenagem ocasionou diversos debates a cerca da mudança do nome, que carrega parte da história trágica local.

A atividade turística em Florianópolis torna-se visível a partir do ano de 1950, onde o então Prefeito Francisco Tolentino, forçado pela opinião popular, cria o Departamento de Turismo. A cidade ainda não provia da mínima infraestrutura necessária para receber os turistas, nem para oferecer os serviços básicos à população de 48.264 mil habitantes. No ano de 1951 tomou posse como novo Prefeito, Paulo da Luz Fontes, no seu discurso ressaltou a importância do turismo como

uma de suas metas de governo. Para cumprir com o prometido, foi elaborado o primeiro Plano Diretor da Cidade, onde as regiões da Lagoa da Conceição, praia dos Ingleses, Canasvieiras e Campeche tornar-se-iam grandes centros de atrações. Segundo Oliveira (2011), no mesmo ano foi sancionada a Lei nº70/51 isentando os hotéis, existentes e os que viessem a ser arquitetados, dos impostos e taxas no período de 10 anos. Com a mídia mais focada e a atividade progredindo, a administração pública idealizou a possibilidade de expandir a venda da cidade também para outros países com o anseio de que os recursos financeiros provenientes do turismo fariam com que equilibrasse a economia municipal. Porém não foi pensado que o turismo carece de planejamento e investimentos muito mais sólidos, não somente a criação de um Plano, mas também resultados a curto e médio prazo.

Para Oliveira (2011, p163),

O Prefeito estava convicto de que o governo e a iniciativa privada deveriam dividir as responsabilidades, que os problemas do turismo só seriam equacionados com boas estradas e aos particulares caberiam outras tarefas, tais como a construção de hotéis, restaurantes, novas linhas de ônibus.

Como foi declarado pelo Prefeito Paulo Fontes, as estradas municipais receberam placas de sinalização turística e a via de acesso à Lagoa da Conceição, principal atração da época, foi totalmente refeita. Os trabalhos do então Prefeito deram resultados e a imprensa nacional visualizou Florianópolis.

Oliveira (2001), também, descreve que, a rede de energia elétrica chegou ao distrito da Lagoa da Conceição em 1962, seis anos depois da construção da ponte de ligação com a Avenida das Rendeiras, esta idealizada em 1956, em meio a contradições entre a população local e os veranistas, que argumentavam contra a concepção da avenida, com a defesa de que o ‘paraíso intocado’, destes moradores sazonais, se tornaria de conhecimento público.

Figura 2 - Construção da ponte de ligação com a Avenida das Rendeiras



Fonte: Agência RBS (2015).

A construção da emblemática ponte da Lagoa da Conceição, separando as duas porções da lagoa. A seguir pode-se visualizar as primeiras ações de promoção turística da Lagoa da Conceição, nesta a praia da Joaquina, com os campeonatos de Surf e festivais musicais.

Figura 3 – Praia da Joaquina, 1986



Fonte: Agência RBS (2015).

A lagoa possui uma área com cerca de 17,6km² e uma profundidade máxima de 8,7m, está ligada ao mar através do canal da Barra da Lagoa, que permite a troca das águas, entre a laguna e o oceano. Ao seu lado está a Unidade de Conservação do Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, criado através dos Decretos nº1261/75, nº213/79 e nº231/88, com a finalidade de aproveitar a paisagem natural, adequado às normas de conservação e ao desenvolvimento de atividades educativas e de lazer.

Segundo Cecca (1997), a diversidade dos ambientes costeiros da Ilha de Santa Catarina e a variedade das praias ao longo da orla atraem um número crescente de turistas a cada temporada. Porém, a forte pressão exercida sobre a orla pela expansão ocupacional, e acima de tudo, pelo desenvolvimento da atividade turística, tem evidenciado a fragilidade dos sistemas costeiros. Por outro lado, esta ocupação dos ambientes costeiros reflete, também, um conjunto de transformações socioeconômicas e culturais.

O Censo Demográfico do ano de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que neste ano a população do distrito da Lagoa da Conceição era de 9.849 habitantes, sendo 3.405 domicílios, 2,89 habitantes por domicílio, representando assim, 2,88% dos 342.315 moradores de Florianópolis. No ano de 2010 a população da cidade aumentou para 421.240 habitantes, e estima-se que a população do distrito, hoje, atinja 30.000 habitantes, entorno de 7,12% do total, um crescimento populacional de mais de 200% em relação ao ano de 2000 no distrito.

Figura 4 – Vista aérea da Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Praias da Galheta, Mole e Joaquina.



Fonte: Retratos de Santa Catarina (2015).

Oliveira (2011, p. 220), também evidencia os problemas ocasionados pela falta do planejamento estrutural, e, principalmente, a degradação do ambiente natural,

Além dos problemas de saneamento básico e de segurança pública, o desenvolvimento da cidade agravou também aspectos de agressão ao meio ambiente. Assim, Florianópolis se transformou em uma das maiores atrações turísticas brasileiras, apresentando falhas estruturais. As autoridades se viram, então, obrigadas a esclarecer e motivar a opinião pública sobre os benefícios que as atividades ligadas ao turismo podem trazer para a comunidade [...].

Segundo o mesmo, a Lagoa da Conceição, no ano 2000, liderava a lista de balneários na Ilha que apresentavam altos índices de coliformes fecais, em consequência, tornando-a imprópria para banho em diversos pontos.

Muitos governos têm políticas voltadas à sustentabilidade e ao exercício do turismo sustentável, mas poucos deles produzem legislações e fiscalização que se tornam realidade. Swarbrooke (2000, p. 7), cita,

Controlar o comportamento dos turistas não é o único aspecto difícil de legislar; o controle da indústria do turismo também é problemático [...] Talvez seja por isso que muitos órgãos públicos, pelo visto, preferam confiar na auto-regulamentação da indústria do turismo, e acreditem que seja melhor educar o turista a comporta-se com maior responsabilidade. Todavia, se esta abordagem continuar obtendo algum sucesso, por mais modesto que seja, poderá haver a necessidade de, no futuro, arriscar nos problemas de implementação e legislar em prol do turismo sustentável.

Swarbrooke (2000), também, descreve que o conceito de comunidade local está na base da maior parte da literatura sobre o turismo sustentável. A maioria dos autores e pensadores do tema vê a preservação e a participação da comunidade na gestão da atividade como parte fundamental do processo. No entanto, dentro de qualquer localidade, é provável que haja uma série de grupos com interesses distintos, que terão posições diferentes sobre o turismo. Nesta, inclui-se os proprietários de empresas do setor, empresários que não atuam no ramo diretamente, órgãos públicos e aqueles cuja vida sofre o efeito do turismo. Essas dessemelhanças criam diferentes pontos de vista em

relação à gestão do turismo. Portanto, a atuação da comunidade no processo de planejamento da atividade turística resultaria no cumprimento do conceito a democracia, do conhecimento local, para assegurar o fundamento das decisões tomadas e a redução do conflito entre turistas e moradores, pelo fato dos mesmos planejarem para si e acompanharem o desenvolvimento das ações e projetos.

Utilizando estes conceitos, acredita-se, que a criação de um fórum participativo na região da Lagoa da Conceição, será uma importante vitória para os moradores desta comunidade.

O fórum é, portanto, uma estrutura de integração, discussão e reflexão entre os diversos setores da sociedade. O objetivo é a obtenção de um ponto de comunicação entre as associações, os empresários, a comunidade local e o poder público, com o intuito de auxiliar a gestão municipal no planejamento e execução das diretrizes propostas para o turismo nesta localidade. E ainda, empoderar a comunidade com a aquisição de controle sobre o que lhes afeta, o que implicará na ampliação da participação cidadã no processo político de tomada de decisões.

5.1 ANÁLISE DE DADOS

Esta etapa permitirá a interpretação dos dados coletados e o aprofundamento nas questões comunitárias, como a constituição do fórum e o empoderamento.

Estes dados foram colhidos nas entrevistas e nas pesquisas de campo ao longo do desenvolvimento, onde serão apresentados dois gráficos que auxiliarão na leitura e na compreensão dos aspectos levantados, as outras perguntas serviram para enriquecer o trabalho.

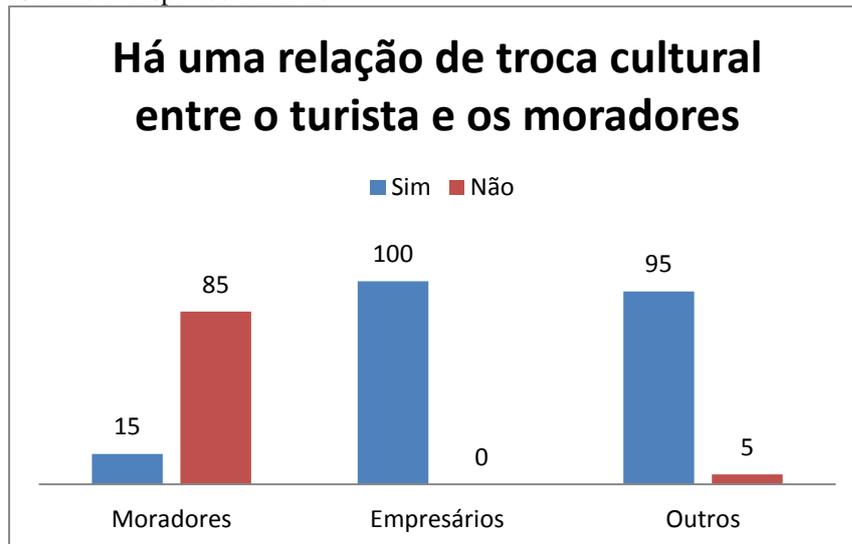
Dentro desta pesquisa, foram realizadas 28 entrevistas, 20 com moradores nativos e moradores que residem na localidade a mais de 10 anos, e oito entrevistas com os empresários que atuam na comunidade estudada. A faixa etária dos entrevistados está entre 25 e 55 anos.

Os gráficos são divididos em três categorias, os moradores, aqueles cuja vida sofre o efeito do turismo, os empresários do setor, e outros, que são os empresários que não atuam no ramo diretamente.

A fim de detectar, principalmente, o envolvimento social entre os dois grupos, o Gráfico 1 é referente há troca cultural entre os turistas e a comunidade local. Nota-se então, até que ponto um grupo doa-se a cultura do outro.

Mas, a cultura no sentido amplo da palavra, referente às práticas e ações que constituem uma sociedade, entre suas crenças, valores, comportamentos e etc. Ou seja, sua identidade própria e a que o outro carrega consigo.

Gráfico 1- Aspectos culturais



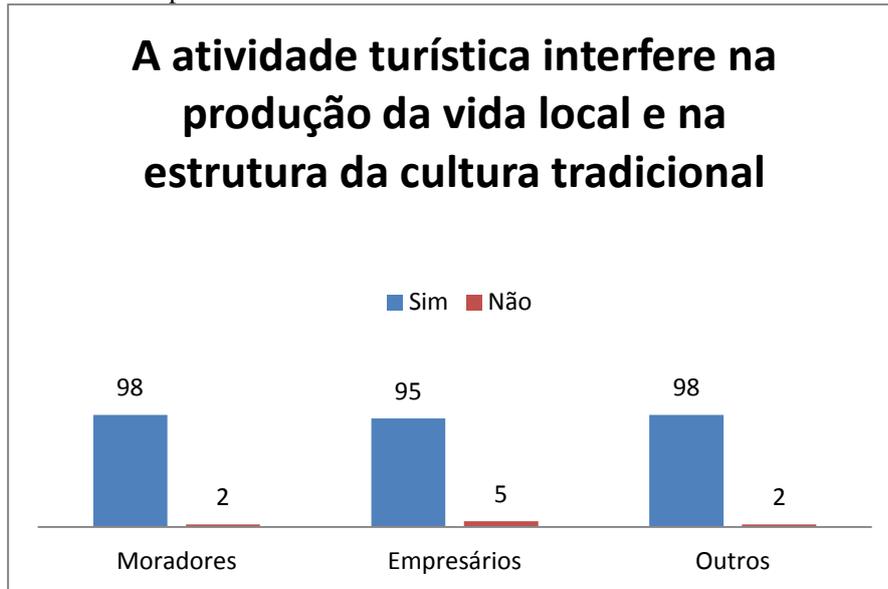
Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar os resultados obtidos, nota-se que 85% dos moradores responderam que não há troca entre os grupos, já os empresários do setor e a imensa maioria dos outros, responderam que sim. Um dos moradores entrevistados responde da seguinte forma o questionamento, ‘Não, nosso bairrismo é mais forte, é mais fácil o turista incorporar e mostrar interesse, para nós o dele não interessa.’

Demonstra-se, portanto, que os moradores, em sua maioria, não estão abertos, ou dispostos, a adquirir os elementos culturais trazidos pelos turistas. Entende-se então, que esta indisposição, ao que vem de fora do seu núcleo, é resultado, entre outros fatores, da baixa participação decisória na gestão e no planejamento da atividade turística na região. Tornando-os antipáticos ao desenvolvimento e o envolvimento com o turismo. Mas, é certo, que sempre haverá troca entre os grupos, turistas e receptores, mesmo que não desejada, portanto, cria-se a necessidade da compreensão do fenômeno como fator social.

O Gráfico 2 refere-se a interferência do turismo na produção da vida local e na estrutura cultural. Assim como foi abordado anteriormente, os fenômenos que envolvem as relações pessoais e principalmente a relação do homem com o seu espaço, são sempre complexas de administrar. Quando estes aspectos entre passam a estrutura social, de qualquer comunidade, a mesma deve estar de acordo com tais interferências, pois caso contrário, não há a percepção do turista como sujeito social, conseqüentemente não haverá conexão pessoal entre as partes envolvidas.

Gráfico 2 – Aspectos culturais



Fonte: Elaborado pela autora.

A resposta é quase unânime, o turismo interfere na vida local. O que deve ser analisado nesta afirmação são os aspectos negativos e positivos.

Temos como positivo a vasta oportunidade de emprego e renda para todos os setores, principalmente na alta temporada. Mas, os efeitos negativos contemplam uma lista maior de aspectos, pode-se citar a preocupação com a ocupação do solo costeiro, problemas com o fornecimento de água e luz, a mobilidade urbana na região, o saneamento básico que ainda encontra-se em implantação, enfim, todos os aspectos que sustentam a rejeição fazem parte de esferas do planejamento integral da atividade turística na região.

Para os empresários do setor e os outros, que não atuam diretamente com o turismo, a interferência é necessária, faz parte do ofício. Para os moradores, a empregabilidade e as oportunidades de investimento, são sem dúvida uma ótima geração de renda, mas os impactos negativos na estrutura da localidade não os agradam.

Com relação à interferência cultural, os mesmos creem que a cultura tradicional só tende a ser mais reforçada, pois possui valores fortes e originais.

Os empresários sempre serão entusiastas, também pudera, existem diversos órgãos que trabalham em conjunto com os mesmos. Dentro do núcleo da Lagoa da Conceição, a ACIF organiza reuniões mensais com seus associados para a elaboração de projetos voltados para o turismo na região.

Os empreendedores e moradores são beneficiários da atividade, mas o morador apenas explora o lucro proveniente, sem que de fato goste de exercer o serviço, pois, por não sentirem-se parte do desenvolvimento da atividade, não se permite criar um vínculo emocional com o turista. A falta de um espaço de participação os torna avessos ao envolvimento social, uma vez que, os veem como um intruso. Para tanto, tornar a comunidade mais próxima e sensibilizada com a atividade é essencial para o pleno desenvolvimento do turismo.

O tema, empoderamento, ganhou relevância acadêmica e social nas últimas décadas, passando a fazer parte de campos do conhecimento os mais diversos, em especial, administração, economia, saúde pública, psicologia e sociologia política. Entra, além disso, na agenda política de diferentes atores e instituições, como governos, empresas e organizações da sociedade civil, agências e bancos internacionais de desenvolvimento.

O termo é o equivalente, em português, a palavra *empowerment*. O mesmo foi utilizado inicialmente em países de língua inglesa, sobretudo os Estados Unidos da América (EUA). Para Friedmann (1996 apud HOROCHOVSKI, 2006), a partir dos anos 1960, com o fortalecimento da

sociedade civil como ator coletivo, democratizando-se por meio de ações fora dos partidos tradicionais de ação política, constitui-se então, os novos movimentos sociais que deslocam a centralidade da luta de classes e incorporam categorias como ator social e sujeito coletivo. Este processo de democratização é o início do debate em torno do empoderamento, na medida em que se criam novas ideias de auto-sustentabilidade, as quais pregam um desenvolvimento centrado em pessoas e em harmonia com o ambiente. Portanto, foi primeiro utilizado pelos movimentos sociais para depois ser objeto de teorização.

Osmani (s/d apud HOROCHOVSKI, 2006, p.09), descreve o termo da seguinte forma:

Empoderar é fazer com que indivíduos, organizações e comunidades ampliem recursos que lhes permitam ter voz, influência e capacidade de ação e decisão, notadamente nos temas que afetam suas vidas, em diversas esferas, de maneira formal ou informal. [...] Como resultado, o empoderamento, apesar de não ser uma dádiva, necessita quase sempre da intervenção de fatores externos, o que aponta para as ações concretas de compreender o fenômeno e intervir na realidade. A maior parte dessas ações se constitui no âmbito de propostas de desenvolvimento. No que concerne aos estratos de menor status socioeconômico, implica estes tomarem consciência das injustiças de que padecem e passam a lutar para aumentar sua auto-estima, autoconfiança, participação nas decisões que afetam suas vidas e sua independência econômica [...].

Para Horochovski (2006, p. 03),

Pouco a pouco, a gramática do empoderamento invade outros campos. Com base nas ideias de Putnam (1996), o conceito ganha visibilidade em outras arenas. Sem usar especificamente o termo, o autor inspirou toda uma vertente de estudos sobre empoderamento por meio de seu conceito de capital social.

Atribui-se ainda, ao empoderamento, a função de fazer com que pessoas tenham voz e sejam ouvidas. Segundo Rappaport (1995 apud HOROCHOVSKI, 2006), seu objetivo é alcançado quando as pessoas descobrem, ou criam e dão voz a uma narrativa coletiva, que sustenta suas próprias histórias pessoais em termos positivos. O processo se torna recíproco, de modo que muitos indivíduos criam, mudam e sustentam a narrativa do grupo.

O mecanismo avaliado como mais propício para o empoderamento desta comunidade em relação à atividade turística é um fórum de discussão participativo.

Nogueira (2004 apud DE TONI, 2015, p. 03 - 04) classifica a participação comunitária em quatro modalidades de acordo com os diferentes graus de consciência política coletiva, a participação assistencialista, participação corporativa, participação eleitoral e por fim a modalidade de participação política, esta se relaciona diretamente o poder público, como explica o autor:

Ela se relaciona diretamente com o Estado e dialoga com as formas de organização da vida em sociedade e sua reprodução. Alimenta-se da participação corporativa e eleitoral, mas vai além delas porque questiona e formula novos consensos sociais, formaliza conquistas de direitos universais que afetam o conjunto de uma população, sociedade, nação. O que distingue os cidadãos nesta modalidade participativa não é seu lugar na estrutura social, sua origem de classe ou estoque de riqueza, mas as diferentes visões globalizantes dos problemas comuns a todos e das soluções e estratégias propostas, portanto, da essência do próprio debate político democrático ou da gestão coletiva dos conflitos. O campo da participação política é, portanto a arena da declaração e competição de projetos de sociedade ou nação. A modalidade 'política' da participação é aquela claramente identificada como manifestação de poder político, não como simples expressão de direito público subjetivo.

Portanto, volta-se ao tema abordado anteriormente, a necessidade de um mecanismo de apoio à comunidade da Lagoa da Conceição, sendo a criação de um Fórum Participativo a opção mais acertada. O fórum deve ser focado no debate em torno do turismo e seus impactos na

comunidade, sendo um espaço de discussão sobre as políticas públicas previstas e as que estão em andamento, correlacionadas ao turismo, construído de forma democrática e colaborativa.

Para sua concepção, apenas é necessário que a comunidade convoque uma reunião junto aos órgãos competentes e discuta sua criação. Se nesta oportunidade, for decidido a favor da criação do fórum, faz-se uma ata e nomeia-se nesta, ou na próxima, o presidente, vice-presidente e secretário, minimamente. Após a aceitação é necessário que seja elaborado um regimento interno, esmiuçando como o mecanismo funcionará e como será feito para admissão de novos membros. Caso queiram que o fórum possua mais força política, é necessário que se torne uma lei, neste caso, procura-se um Vereador e apresenta-lhe o projeto para que o mesmo leve a Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis posteriormente indo à votação em plenária, mas este é opcional.

Entende-se como crucial este espaço para a troca de ideias, experiências e para potencializar o debate acerca do turismo na localidade. Acima de tudo, para incluir a sociedade local como protagonista no planejamento do fenômeno turístico.

6 CONCLUSÃO

O presente artigo aprofunda-se em um tema pouco discutido e com uma escassa contribuição teórica, mas de grande relevância para a atividade turística, a participação comunitária no processo decisório e gerencial do turismo em sua localidade.

A presença de visitantes nas comunidades afeta os padrões de vida das pessoas que ali residem, portanto, buscar o planejamento adequado é necessário para que o menor impacto seja sentido, sendo assim, torna-se fundamental a percepção comunitária no processo de desenvolvimento turístico, para que os efeitos deste relacionamento pessoal não influenciem negativamente o comportamento e o modo de vida destes receptores. O monitoramento sobre a opinião dos moradores a respeito do turismo torna-se, então, indispensável para o planejamento adequado em uma localidade turística.

Portanto, a população quando integrada no planejamento do turismo de sua localidade, pode contribuir avaliando as insatisfações que a atividade desencadeia suas potencialidades, assim como propor o que se sente como essencial. Pode-se, portanto, analisar que há um consenso bibliográfico positivo acerca da participação comunitária no desenvolvimento do turismo local, todos os autores abordados acreditam que é necessária esta participação para que o planejamento e gerenciamento sejam bem sucedidos.

Estes membros da comunidade que estiverem integrados ao desenvolvimento farão com que outros também busquem a mesma atitude e conseqüentemente influenciarão cada vez mais membros, o que provavelmente influenciará no comportamento social dos indivíduos desta localidade.

A escolha do tema para este artigo deu-se porque há muito tempo percebe-se que a maioria das comunidades receptoras estão alheias à concepção e o gerenciamento do turismo em suas regiões, em grande parte, por falta de conhecimento político para buscar alternativas de participação, a Lagoa da Conceição, não se difere das demais.

É de grande importância o estudo e aprofundamento na temática abordada, para enfatizar a necessidade de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável do turismo, através do planejamento participativo, dispostos há um diálogo genuíno e democrático.

Espera-se, por fim, que este trabalho contribua de algum modo com a atividade turística na região, sensibilize de certa forma os agentes públicos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo em Florianópolis e principalmente que instigue a comunidade a buscar mais representatividade política.

7 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E POTENCIAIS CONTRIBUIÇÕES

Dentre as resoluções possíveis, destaca-se a possibilidade de construção conjunta do planejamento turístico, adicionando a perspectiva da comunidade local ao desenvolvimento de projetos e ações voltadas ao tema. Acredita-se que, desta forma, os conflitos gerados a partir da presença dos turistas seja amenizado e a comunidade sintam-se empoderada de seus direitos democráticos. Assim como, vislumbra-se que, a qualidade de vida tem de melhorar de forma gradual, conforme os encaminhamentos tornem-se ações. Contudo, esta pode ser uma alternativa para que os moradores sintam-se estimulados a praticar o turismo e os serviços oferecidos na região sejam ofertados de forma mais prazerosa.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDUCCI JR, Álvaro. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Margarita Barreto (Org.). 2.ed. Campinas/SP: Papyrus, 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2015.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_das_competitividades_65_destinos.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2015.

BULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

CATARINA, Jornal Hora de Santa. **Lagoa da Conceição**. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/lagoa-da-conceicao-recebia-postes-de-luz-entre-as-decadas-de-1950-e-1960-em-florianopolis-4478567.html>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

CATARINA, Retratos de Santa. **Foto aérea Lagoa da Conceição**. Disponível em: <https://www.facebook.com/Retratos-de-Santa-Catarina-615392205186646/timeline?ref=page_internal>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CATARINENSE. Jornal Diário. **Praia da Joaquina**. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/verao/noticia/2015/02/conheca-a-historia-de-antigos-veroes-no-litoral-de-santa-catarina-4707787.html>>. Acesso em: 28 mai. 2015

CECCA, Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha**. Florianópolis: Insular, 1997.

DE TONI, Jackson. **Planejamento Participativo: Possibilidades Metodológicas Alternativas**. Disponível em:

<http://www1.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_14_Jackson_De_Toni_formatado.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e **Florianópolis**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis>> Acesso em: 22 nov. 2015.

FLORIANÓPOLIS, Associação Comercial e Industrial de. **Núcleos Setoriais**. Disponível em: <<http://www.acif.org.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de Florianópolis/SC**. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_02_2011_15.15.47.083d0f663586278905512e91616fed7d.pdf> Acesso em: 18 nov. 2015.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. **Secretaria Municipal de Turismo**. Disponível em: <www.pmf.sc.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2015.

GASTAL, Susana, MOESH. **Um outro o turismo é possível**. Marutschka Martini (Org). São Paulo: Contexto, 2004.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Empoderamento: Definições e Aplicações**. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232>. Acesso em: 16 nov. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade, PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MENDONÇA, Rita. **Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?**. In: Turismo: Impactos Socioambientais. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MOLINA, Sergio E. **Turismo e Ecologia**. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

MUNICIPAIS, Leis. **Ocupação do solo**. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2015.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **A história do turismo em Florianópolis: narrada por quem a vivenciou (1950 – 2010)**. Florianópolis: PalavraCom Editora, 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 5.ed. Campinas/SP: Papirus, 1997

SANTA CATARINA, Fundação do Meio Ambiente. **Balneabilidade**. Disponível em: <www.fatma.sc.gov.br>. Acesso em: 28 mai. 2015.

SANTA CATARINA, Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte. **Turismo**. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

SIQUEIRA, Tânia (Org.). **Cultura do turismo: desafios e práticas socioambientais**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: meio ambiente e economia**. Esther Eva Horovitz (trad.). 2.ed. São Paulo: Aleph, 2000.